

De quem é a responsabilidade desta situação? **Dos Trabalhadores, com toda a certeza, não é!**

Como é do conhecimento de todos, estamos a viver o “inimaginável” há quase 1 ano, i.e. em março de 2020 começaram as restrições, os confinamentos e os efeitos da pandemia.

Desde então, temos reunido mensalmente com a SPdH, onde somos informados da situação de cada momento, a par da previsão para o mês seguinte, quer em termos de atividade/receitas, quer em termos de reduções de horário de trabalho em conjugação com os apoios do Estado Português, para fazer face a esta situação.

Mês após mês, já tivemos de tudo, i.e. previsões que foram melhoradas pela realidade e realidades que deitaram por terra qualquer previsão. Atualmente estamos a viver uma realidade bem mais grave e profunda, que aquela que vivemos em abril de 2020 e por isso completamente fora de qualquer previsão, como também é do conhecimento de todos.

Face a este quadro, cuja única certeza hoje, é a incerteza do amanhã - incerteza essa que completará 1 ano para o mês que vem, não compreendemos, nem podemos aceitar - pelo menos de ânimo leve - que estejamos hoje com salários por receber por força de algo que se vive há quase 1 ano. Isso é inaceitável!

Reunidos hoje de manhã com a SPdH e na presença do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Alfredo Casimiro, ouvimos de viva voz que tentaram, até ao envio do *e-mail* que todos os Trabalhadores receberam ontem ao fim do dia, resolver a questão dos salários através de mais um adiantamento por parte da TAP, no formato, “serviços - ainda - não prestados”.

Tal adiantamento tem que ser autorizado pelo Ministério das Finanças, tendo em conta que a TAP está a ser intervencionada pelo Estado Português. O que não se entende, é estarmos por dias para receber a aprovação de um empréstimo, cuja tramitação final depende do mesmo Ministério das Finanças que podia e deveria autorizar o adiantamento para a SPdH pagar os salários dos 2.400 Trabalhadores/Famílias.

Clara e inequivocamente, resulta que a Gestão Executiva da SPdH, ao fim de quase 1 ano, nada fez - em inúmeras dimensões - para garantir que esta situação não ocorresse. Medidas de Gestão como, eliminação das Empresas de Trabalho Temporário e não renovação de contratos a termo, são só uma parte do que - infelizmente - tiveram que fazer, num contexto como o atual, retirando da massa salarial milhões de euros, tendo por base, os menos cerca de 1.000 Trabalhadores por comparação com 2019.

Resulta igualmente, que não estamos, nem estaremos, perante fatalidades como despedimentos coletivos, conforme alguns propalam - não se percebe com que prazer ou benefício, tendo em conta que a força de trabalho já foi reduzida em cerca de 1/3. Bastará a SPdH ter 60% de atividade (2019) e terá que contratar pessoas, o contrário de despedir! Não há, nem houve até hoje, qualquer negociação sobre o Acordo de Empresa.

O que terá que haver, são medidas conjunturais para fazer face a esta situação, sem alterar estruturalmente as regras, desde logo, porque as regras em vigor - **leia-se o esforço hercúleo dos Trabalhadores** - permitiram à SPdH melhorar substancialmente os seus resultados, ano após ano, ascendendo o total de resultados POSITIVOS a mais de 40 milhões de euros, desde 2012.

Há que enfrentar a dureza da realidade ao invés de embarcar na utopia do desejável, exigindo que cada um faça a sua parte e seja responsabilizado por ela! Não é com frases feitas “da transparência” e narcisismos infantis que se resolvem os problemas!
É com ação, liderança efetiva e consequência!